

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ULISSES VALENTIM SILVA**

**INFLAÇÃO DE CUSTOS NO BRASIL NO PERÍODO 2000-2013**

**Três Rios – RJ**

**2015**

**ULISSES VALENTIM SILVA**

**INFLAÇÃO DE CUSTOS NO BRASIL NO PERÍODO 2000-2013**

Trabalho monográfico de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof. Leandro Gomes da Silva**

**Três Rios – RJ**

**2015**

**ULISSES VALENTIM SILVA**

## **INFLAÇÃO DE CUSTOS NO BRASIL NO PERÍODO 2000-2013**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à fundação Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus de Três Rios – ITR/UFRRJ – como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Comissão Julgadora:**

---

**Prof. Simone Fioritti Silva – ITR/UFRRJ**

---

**Prof. Elisa Alonso Monçores Viana – ITR/UFRRJ**

---

**Prof. Leandro Gomes da Silva – ITR/UFRRJ**  
**Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora**

**Três Rios – RJ, 19 de Novembro 2015**

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a DEUS, meu amigo fiel e inseparável.

Agradeço ao professor Leandro Gomes, por toda ajuda prestada e pela fundamental orientação desse trabalho.

Agradeço aos meus pais Geraldo de Paula e principalmente minha mãe, Waldimeier Alves, que sofreu junto comigo, quando passei por todo sofrimento de diversos pneumotórax e em todo o tempo de angústia e dor durante minhas duas cirurgias pulmonares, vindo ela mesma falecer em 2013, devido um câncer e impedida de desfrutar dessa conquista comigo.

Agradeço em especial à amiga Mirian Farias Camacho Pereira e a todos que não posso nomear por todo esforço e empenho para me ajudar a realizar minha matrícula para o término do curso.

A todos os Amigos, o meu muito obrigado.

.

***As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.***

## RESUMO

Este trabalho procura estudar o processo inflacionário no Brasil. Para isso, analisamos a inflação através de uma ótica de custos no período entre 2000 e 2013, dividindo-o em três fases. Considerando a inflação nos custos de produção, destacaremos o custo unitário do trabalho, a taxa nominal de câmbio, o preço internacional das matérias primas (*commodities*) e os impostos sobre produtos. A última variável chave é a evolução do conflito distributivo no período.

**Palavras-chaves:** Inflação de custos, Conflito Distributivo, Produtividade do Trabalho, Salário Nominal, Salário Real.

## ABSTRACT

This work aims to study the inflationary process in Brazil. For this, we analyze inflation through an optical costs between 2000 and 2013, dividing it into three phases. Taking into account inflation in production costs, we highlight the unit cost of labor, the nominal exchange rate, the international price of raw materials (*commodities*) and the excise tax. The last variable is the evolution of distributive conflict in the period.

**Keywords:** Cost Push Inflation, Labour Productivity, Nominal Wage and Money Price, Real Wages.

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Metas Para Inflação.....                                                | 22 |
| Tabela 2: Inflação Importada Preços (em R\$).....                                 | 27 |
| Tabela 3: Inflação por Segmentos.....                                             | 28 |
| Tabela 4: Crescimento Real dos Salários; Média dos Subperíodos.....               | 38 |
| Tabela 5: Inflação de Salários.....                                               | 39 |
|                                                                                   |    |
| Gráfico 1 – Taxa de inflação e metas de inflação – Brasil, 1999 – 2012.....       | 23 |
| Gráfico 2 – Taxa de inflação (desagregada) e metas de inflação – 2002 – 2013..... | 23 |
| Gráfico 3 – Taxa de câmbio nominal – 1999 – 2012.....                             | 25 |
| Gráfico 4 – Inflação dos bens importados e exportáveis em US\$ e R\$ (em % )..... | 26 |
| Gráfico 5 – Índice de preços brasileiros – 1999 – 2012.....                       | 30 |
| Gráfico 6 – Salários nominais e inflação - 2000-2013 (em %).....                  | 31 |
| Gráfico 7 – Serviços e salários – 2002 – 2013 (base 2002 = 100).....              | 32 |
| Gráfico 8 – Salário Real e Produtividade.....                                     | 33 |
| Gráfico 9 – Taxa de desemprego.....                                               | 34 |
| Gráfico 10 – Relação entre Salário Mínimo e Médio.....                            | 35 |
| Gráfico 11 – Porcentual de salário com aumento real.....                          | 36 |
| Gráfico 12 – Crescimento do salário médio real e taxa de desemprego.....          | 36 |
| Gráfico 13 – Número de greves.....                                                | 37 |
| Gráfico 14 – Salário Real Médio (Índice: 2000=100).....                           | 39 |

## SUMÁRIO

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| RESUMO.....                                                                  | 7  |
| LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....                                             | 9  |
| INTRODUÇÃO.....                                                              | 10 |
| CAPITULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA                                           |    |
| 1.1 O Processo Inflacionário.....                                            | 12 |
| 1.2. Os Determinantes do Mark-up.....                                        | 16 |
| 1.3. Taxa de Juros e Câmbio.....                                             | 17 |
| 1.4. Custos, Salário e Conflito Distributivo.....                            | 18 |
| CAPITULO II – EVIDÊNCIA EMPIRICA                                             |    |
| 2.1 Inflação e o SMI no Brasil.....                                          | 21 |
| 2.2 Demanda e inflação no Brasil.....                                        | 24 |
| 2.3 Preços monitorados.....                                                  | 28 |
| 2.4.. Salários Nominais, Salários Mínimos, Produtividade e Salário Real..... | 30 |
| 3. CONCLUSÃO.....                                                            | 40 |
| BIBLIOGRAFIA.....                                                            | 41 |

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa monografia é explicar o processo inflacionário brasileiro, no período entre 2000 e 2013, tendo em vista que, em uma economia capitalista, a inflação é predominantemente de custos.

O trabalho foi dividido em dois capítulos, sendo o primeiro capítulo, uma análise com toda a fundamentação teórica e o segundo capítulo, formado pela parte empírica, consideraremos os dados apresentados ao longo dos anos para entendermos a atual conjuntura.

No primeiro capítulo, veremos quais são os determinantes do processo inflacionário. Observaremos que alguns desses determinantes são a evolução do *mark-up*, da taxa de juros, da taxa de câmbio, do preço internacional das *commodities* e, por último, o conflito distributivo, que afeta diretamente os interesses de capitalistas e trabalhadores, sendo determinante na inflação.

No segundo capítulo, toda essa teoria será aplicada na prática e faremos uma análise dos dados apresentados, através das decisões que foram tomadas. Nessa avaliação empírica, veremos como age a inflação na economia brasileira e os resultados do controle adotado para a inflação através do Sistema de Metas Inflação. Os resultados do IPCA, (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do IGP-M, (Índice Geral de Preços de Mercado) e o desenvolvimento dos salários nominais e reais na economia.

A análise foi dividida em três fases, na primeira fase apresentamos que a economia brasileira depende diretamente dos preços internacionais e dos preços administrados.

No segundo momento, o controle da inflação é feita através da taxa de câmbio, e no Brasil ela é utilizada para estabilizar a economia inflacionaria, atrelando os custos de produção ao preço de bens assinalados nos mercados internacionais,

agindo, sobretudo nos custos dos insumos importados e no preço final dos bens comercializáveis.

No terceiro momento, analisaremos as causas que fizeram com que a inflação salarial subisse, e seus impactos setoriais para o aumento da inflação média, somada a uma nova rodada de desvalorização cambial.

Concluiremos com quais foram os fatores que contribuíram para os dados mais decisivos do processo inflacionário na economia brasileira no período estudado.

## **CAPITULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesse capítulo será descrita a fundamentação teórica, que servirá de base para o entendimento do capítulo seguinte, comprovaremos através dos dados apresentados na parte empírica.

Veremos como funciona o processo inflacionário em uma economia de mercado, quais são as medidas de controle adotadas pelo governo e quais são os seus principais sustentadores e contribuintes para inflação, tanto internos quanto externos.

### **1.1 O Processo Inflacionário**

Segundo Bastos (2010) e Gomes (2012), o processo inflacionário em condições normais de funcionamento de uma economia de mercado pode ser compreendido predominantemente pela majoração dos custos de produção. Dentre os principais custos de produção, podemos destacar o custo unitário do trabalho (*salário nominal / produtividade*), taxa nominal de câmbio, o preço internacional das matérias primas (*commodities*) e os impostos sobre produtos. Acrescido aos custos de produção, incide um mark-up que irá refletir o padrão de concorrência setorial e o custo de oportunidade do capital (BASTOS, 2010). Portanto, o processo inflacionário, que consiste na taxa de crescimento do nível de preço, é decorrente da mudança de uma das variáveis citadas.

O valor do custo unitário do trabalho é algo muito importante nos setores de produção e é determinado pelo salário nominal dividido pela produtividade do trabalho. O custo do trabalho é um dos fatores que determinarão o preço e intervirá diretamente na competitividade de mercado de um país, sabendo que o menor custo gerará o menor preço e conseqüentemente maior competitividade no mercado interno e externo. Se a o crescimento da produtividade do trabalho for maior que a variação do salário nominal, o valor do custo unitário do trabalho diminui, mas se a variação da produtividade for menor, o custo unitário aumenta.

No grupo de bens comercializáveis, a determinação dos preços internos depende não só diretamente dos preços das *commodities*, mas também da taxa nominal de câmbio. Para um bem perfeitamente comercializável, o preço no mercado doméstico consiste no preço em moeda local do bem no mercado internacional ( $P = e.P^*$ )<sup>1</sup>.

Para que a produção do mercado interno tenha competitividade é preciso que o preço nacional seja menor que o preço internacional. Essa competitividade será determinada pela taxa de câmbio e pelo preço das *commodities*, ora, uma taxa de câmbio apreciada valoriza a moeda interna e incentiva as importações de novos produtos, mas também reduz o custo da importação das matérias primas, a maior importação mais barata de matérias primas trás redução dos custos de produção. Simetricamente, a desvalorização cambial por sua vez, eleva o custo das matérias-primas e produtos importados, elevando o custo de produção.

Assim, podemos notar mais um elemento capaz de explicar o aumento dos custos de produção, que é o aumento do custo quando há acréscimo do preço das *commodities*. Para uma dada taxa de câmbio, quanto maior o preço das *commodities*, maior o custo de produção.

A taxa nominal de câmbio atuará diretamente sobre o custo de produção, mas também pode ser utilizada para atingir as metas de inflação. A taxa nominal de câmbio tem o objetivo de equilibrar o mercado em uma economia aberta. Dadas às bases de oferta e demanda de bens, a taxa cambial equilibrará a economia entre importações, exportações e os demais componentes do balanço de pagamentos.

Um câmbio em apreciação valoriza a moeda interna, reduzindo o preço do bem importado no mercado doméstico. Assim, variações na taxa nominal de câmbio podem ser induzidas com o objetivo de estabilizar o preço das *commodities* em moeda local. Com a desvalorização do câmbio, o custo de importação de matéria prima aumenta e o preço do produto se elevará. A desvalorização cambial também tende a elevar os custos de produção, pois aumento o preço dos bens

---

<sup>1</sup> Onde, P é o preço, e é a taxa de câmbio e P\* é o preço internacional.

comercializáveis em moeda doméstica. Ou seja, apresentam efeito similar ao aumento da cotação internacional das mercadorias.

Os preços internacionais (*commodities*) estão diretamente relacionados à ascensão dos custos e refletirá diretamente nos preços dos produtos participantes desses insumos.

*A relação entre os preços de commodities e a inflação é bastante direta e intuitiva: a elevação dos custos básicos das matérias-primas acarreta elevação dos preços na proporção em que tais insumos participem do total dos produtos. Além disso, os preços dos bens exportados também sofrem influência dos preços internacionais, seja porque se constituem de commodities – como o caso das commodities metálicas e agrícolas no Brasil –, seja por causa da Lei do Preço Único, que faz que, pela opção de exportar em vez de vender no mercado interno, haja um ajuste dos preços, por causa do custo oportunidade de exportar. (Bastos, 2010, p. 16).*

Como sugere a Lei do Preço Único, um mesmo produto não pode apresentar dois preços distintos (em um mesmo mercado). Se dois países produzem um mesmo produto, o preço desse produto tende a ser o mesmo, ainda que esse produto seja produzido em países diferentes.

Os bens perfeitamente comercializáveis compõem o setor da economia de bens e serviços. Esses produtos e serviços comercializáveis são ofertados no mercado internacional e seu preço é determinado a partir da interação entre oferta e demanda mundial.

*No caso de bens transacionáveis no mercado internacional, não nos parece muito razoável imaginar que aumento dos preços internacionais em moeda doméstica não afetará os preços praticados pelos fornecedores domésticos desses bens. Portanto, mesmo que no mercado nacional a maior parte da oferta seja suprida por produtores domésticos, os preços tendem a subir. (Gomes, 2012, p. 16).*

Segundo Gomes (2012), pela Lei do Preço Único, se espera que os bens exportáveis apresentem o mesmo comportamento verificado para os preços internacionais.

Podemos, então, estabelecer que a taxa nominal de câmbio afeta os preços domésticos pela elevação do custo de insumos importados e pelo aumento do preço dos bens finais, tanto importados como exportáveis.

Os bens não comercializáveis e não monitorados são produtos que tem seu preço livres e determinados pelo mercado local. Os transportes locais, serviços pessoais e principalmente os serviços ofertados pelo setor público.

Os preços monitorados pelo governo seguem o princípio da modicidade tarifária. Cabe ao governo manter a modicidade tarifária, os preços sejam suficientes altos para cobrir os custos de produção e os requisitos mínimos de rentabilidade, porém, não sejam demasiadamente elevados para os consumidores que dependem desses serviços continuamente e não podem buscar melhores preços nesses serviços que são monopólios naturais. Para os consumidores, se as tarifas forem excessivamente elevadas (e o serviço ofertado fora do padrão de qualidade exigido) e/ou caso o reajuste for desproporcional ao reajuste da inflação e dos salários, seu poder de compra fica reduzido.

Os impostos que sobrevêm sobre os produtos afetam diretamente os custos de produção, principalmente os custos que já vem introduzido dentro do preço final pago pelos consumidores.

*Elevações nos impostos sobre produtos ao pressionar os custos de produção também são uma causa potencial da inflação. Isso não impede os impostos de também serem um instrumento para contê-la. No Brasil, o uso da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), contribuição que incide sobre os combustíveis, tem contribuído para a inflação ser menor nos últimos anos (BRAGA, 2011). (GOMES 2012, p.16)*

As eventuais variações dos impostos sobre os produtos elevam ou reduzem o custo unitário, afetando assim o preço de oferta e o nível de preço.

## 1.2 Os Determinantes do *Mark-up*

Os determinantes do *mark-up* afetarão diretamente nas escolhas dos investidores nos setores de produções mais rentáveis. Cada setor deverá apresentar suas condições de incentivo para o investimento.

Na abordagem clássica do excedente, o processo de concorrência intercapitalista é ditado pela migração do capital (Bastos, 2010). A migração de capital é dada através da transferência de investimento para outros setores de produção, onde a rentabilidade é mais atraente.

Na ausência de barreiras a entrada ou saída, sempre que um setor apresentar rentabilidade maior que a normal, a tendência é de que tenha entrada de capital. Quando a rentabilidade for menor, a tendência é de que haja saída de capital.

Segundo Gomes (2012):

*Quando um setor apresenta rentabilidade superior (inferior) a normal, há incentivo para a entrada (saída) de capital. A aplicação de capital em ativos que tenham sua rentabilidade atrelada diretamente à taxa de juros de longo prazo (que apresenta baixo risco) é uma possibilidade para qualquer investidor. Esse mecanismo de migração do capital faz da taxa de juros um atrator para a rentabilidade de cada atividade (Pivetti, 2007). Os juros representam tanto um custo de oportunidade para o investimento com capital próprio, como o custo do financiamento para as empresas endividadas. O mark-up é definido como a taxa nominal de juros, acrescida de algumas características setoriais chamadas por David Ricardo de “risk and trouble”. (GOMES, 2012, p. 21-22)*

Segundo Bastos (2010), a taxa de juros é referencia para a taxa nominal de lucro, pois os títulos públicos são o ativo de menor risco em uma economia e este, através da migração do capital, determina o *mark-up* básico de uma economia.

O aumento dos custos de produção e dos riscos de um determinado setor farão o investidor pesar seus investimentos com cautela para verificar se é compensatório que seja feito o investimento.

### 1.3 Taxa de Juros e Câmbio

No mercado, as taxas de juros se movem e alteram os valores e riscos para seus investidores, onde os *mark-ups* estão sempre mudando por causa das mudanças na taxa de juros. Também pode direcionar os investimentos para determinados setores com redução dos riscos e dos custos, como retirar os investimentos e direcioná-los para o mercado de títulos públicos com baixo risco.

Os agentes econômicos observam a taxa de juros de longo prazo, tentando prever as possíveis mudanças com as expectativas econômicas da taxa de juros de curto prazo para a economia, fazendo ajustes em suas projeções de rentabilidade e em seus investimentos (Bastos, 2010). Logo, a taxa de juros aliado ao fator de risco (setorial) é determinante das taxas de *mark-up* de um setor.

Para os bens comercializáveis essa relação é parcialmente alterada. Gomes (2012):

*O preço desses bens pode ser descrito como  $eP^*$ , o preço em moeda doméstica do produto no mercado internacional. Isso permite que o preço desse conjunto de bens em determinado país não seja apenas o custo de produção acrescido do custo de oportunidade (ou do financiamento)* (GOMES, 2012, p. 23)

A taxa de câmbio também afeta diretamente o *mark-up*. A taxa de câmbio altera efetivamente os custos de produção, através de insumos importados ou diretamente na concorrência entre produtos importados e nacionais.

Bastos (2010) classifica essa diferença entre o preço no mercado doméstico e o preço internacional de renda diferencial. “Finalmente, o último componente dos preços básicos da economia são as *commodities* ou, pensando em termos de

variáveis distributivas, as rendas a serem pagas aos proprietários de recursos, como terras e minas” (Bastos, 2010, p. 15).

#### 1.4 Custos, Salário e Conflito Distributivo

O conflito distributivo também pode causar inflação. Existem outros fatores que influenciam diretamente no conflito distributivo. A teoria, que no Brasil ganhou mais destaque através da CEPAL, (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) nas discussões sobre o processo inflacionário da década de 1980, argumenta que existe uma disputa em busca da posse da renda (ou excedente) entre trabalho e capital.

Segundo Bastos (2010):

*Na abordagem clássica, a análise da relação entre o desemprego e o salário real é mais sofisticada do que uma relação mecânica inversa entre o poder de barganha dos trabalhadores e o desemprego. Em primeiro lugar, existem outros fatores sociopolíticos que afetam o poder de barganha dos sindicatos. Além disso, na verdade, é apenas uma parte do salário real que estará mais diretamente determinada pelo poder de barganha dos trabalhadores, que é a parte adicional ao salário de subsistência, podendo ser encarada como a parte do excedente que os trabalhadores vão conseguir barganhar em benefício próprio. O salário de subsistência, por sua vez, será determinado pelo padrão de vida de uma sociedade, sendo aquele que viabilize um nível de consumo mínimo que é necessário para os trabalhadores viverem em sociedade. Esse nível estabelecerá um mínimo abaixo do qual, em geral, nem mesmo os empregadores tenham interesse de ultrapassar. Em segundo lugar, na abordagem clássica, o desemprego que afeta o salário real é o desemprego persistente enquanto variações de curto prazo podem não ter influência, de forma que os salários podem até apresentar padrão anticíclico. Um período longo de desemprego baixo pode causar um fortalecimento tal dos sindicatos que, mesmo que o desemprego volte a subir, o salário real não caia imediatamente e sim somente depois de um longo período. Nesse caso, pode ocorrer também um aumento do salário de subsistência com a incorporação de novos hábitos de consumo, que passaram a ser considerados “necessários” pela sociedade, de forma*

*que um aumento do desemprego não irá diminuir o salário real além daquele novo “mínimo”. (BASTOS, 2010, p.10)*

Assim o conflito distributivo afeta os interesses de capitalistas e trabalhadores que buscam melhorar seus rendimentos ao máximo. O desemprego afetaria diretamente na força de permuta dos trabalhadores nessa equação. Mas quando não há essa perda, o aumento no *salário* nominal não deve ser maior que os ganhos da produtividade, caso seja, esse aumento no custo unitário do trabalho acarretará perdas para o capital e acirrará o conflito distributivo.

Se os preços permanecem estáveis e o custo unitário do trabalho sobe, diminui a taxa de lucro do capital e aumenta o *salário* real. Se os preços sobem tanto quanto o aumento dos custos, mantendo a taxa de lucro, não há ganhos para o *salário* real. O conflito entre trabalho e capital é constante e só pode ser amenizado através dos ganhos de produtividade.

Na prática, o aumento no salário nominal resultaria no ganho de poder de compra com o salário real. Mas não funciona para todos os setores de produção, que dependem de outros fatores para determinar os custos de produção e principalmente os salários nominais, ou seja, nem sempre o reajuste no salário nominal cobre a taxa de inflação passada.

Mais um componente importante para explicar a taxa corrente de inflação é a inércia inflacionaria. A inércia inflacionária está atrelada a relação de contratos, a previsão de revisão de valores com base em índices de preços. A inércia inflacionária ocorre devido à previsão contratual de revisão de parâmetros com base na inflação verificada no período(s) anterior(es). Essa é uma tentativa de recuperar o poder de compra através do reajuste nos rendimentos.

A inflação inercial afetará diretamente os custos de produção, através de reajuste no preço dos bens básicos, usados diretamente ou indiretamente na produção.

Os trabalhadores também podem buscar se proteger de elevações no nível de preços na economia tentando indexar seus rendimentos. A previsão de revisão salarial com base em índices de preços e o consequente reajuste de seus salários buscando o salário real visto no último período. Assim, o reajuste do salário nominal acompanha a taxa de inflação no período anterior. Os trabalhadores buscam com o aumento do salário nominal, manter o poder de compra do salário real médio (SERRANO, 2010, p. 402).

Por fim, podemos relacionar as variáveis como proposto por Bastos (2010):

*Finalmente, é importante destacar que as metas de taxas de juros nominais que tem papel central, tanto na dinâmica da inflação, quanto na determinação da distribuição de renda da economia, também jogam um papel decisivo na determinação da taxa de câmbio. Assim, essa variável assume um caráter múltiplo ao influenciar tanto direta quanto indiretamente a distribuição de renda. Direta, por meio da referência que estabelece para o mark-up nominal das firmas, e indireta, ao influenciar a taxa de câmbio que, por sua vez, coloca em movimento um processo de elevação de preços. Esse movimento de elevação de variáveis nominais envolvendo câmbio, preços, salário e juros, como visto anteriormente, pode obedecer os seguintes padrões: limitado, arrefecendo após certo período de tempo e implicando acomodação de perdas entre os agentes econômicos, ou persistente, tornando-se então inercial e, finalmente, ascendente, gerando um processo de aceleração da inflação. (BASTOS, 2010, p.19)*

## **CAPITULO II - EVIDÊNCIA EMPÍRICA**

Nesse capítulo, será avaliado através de dados o processo inflacionário na economia brasileira.

Para visualizar com clareza os resultados, analisaremos as medidas adotadas pelo governo para controlar a inflação no período e o real resultado obtido após cada tomada de decisão para o período em questão.

### **2.1 Inflação e o SMI no Brasil**

No ano de 1999, foram introduzidas as mudanças que condicionaram a trajetória da economia brasileira a partir do ano 2000, em especial a dinâmica de preços. Em meados de 1999, a economia brasileira passava por um momento de instabilidade econômica, fruto, principalmente, da forte desvalorização cambial nos primeiros meses do ano. Para fazer frente a esta instabilidade, a equipe econômica da época optou por instituir no Brasil o Sistema de Metas de Inflação (SMI).

Através do DECRETO No 3.088, DE 21 DE JUNHO DE 1999 é criado o sistema de metas para controle da inflação, que estabelece que a autoridade monetária deva perseguir um único objetivo: o controle da inflação, respeitando um intervalo de tolerância para cima ou para baixo. O sistema de âncora cambial vinculou a estabilidade da economia à estabilidade do câmbio.

Desde então, a inflação tem pelejado para se manter dentro da meta estabelecida. Como demonstra a Tabela 1, para os anos de 1999 a 2001, foram estabelecidas as metas de 8% para 1999, 6% para 2000 e 4% para 2001, com tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo. Essa meta não foi atingida nos anos de 2001 a 2003 (veja tabela 1) e em meados de 2003 o intervalo foi ajustado para 2,5 pontos percentuais, permanecendo assim até o ano de 2005 quando voltou aos 2% p.p. iniciais, se mantendo assim até o ano de 2013.

Dessa forma, de 2004 a 2013 a meta de inflação foi atingida.

**Tabela 1 – Metas Para Inflação**

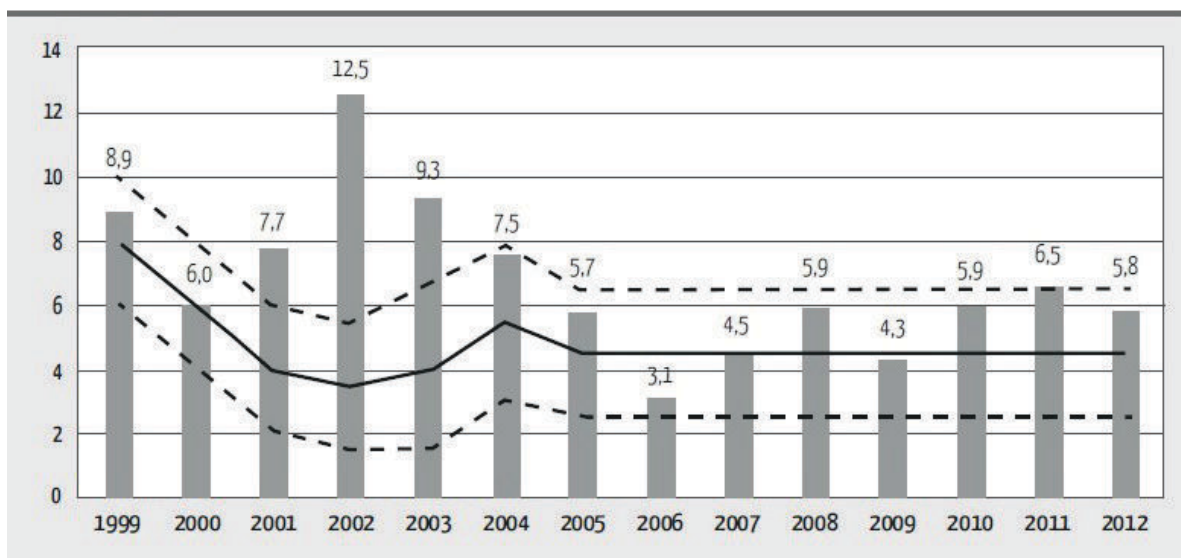
| ANO BASE | META | INTERVALO DEFINIDO PARA<br>CIMA OU PARA BAIXO | INFLAÇÃO NO PERÍODO |
|----------|------|-----------------------------------------------|---------------------|
| 1999     | 8%   | 2%                                            | 8,9%                |
| 2000     | 6%   | 2%                                            | 6,0%                |
| 2001     | 4%   | 2%                                            | 7,7%                |
| 2002     | 3,5% | 2%                                            | 12,5%               |
| 2003     | 4%   | 2% (AJUSTE) 2,5%                              | 9,3%                |
| 2004     | 5,5% | 2,5%                                          | 7,5%                |
| 2005     | 4,5% | 2,5%                                          | 5,7%                |
| 2006     | 4,5% | 2%                                            | 3,1%                |
| 2007     | 4,5% | 2%                                            | 4,5%                |
| 2008     | 4,5% | 2%                                            | 5,9%                |
| 2009     | 4,5% | 2%                                            | 4,3%                |
| 2010     | 4,5% | 2%                                            | 5,9%                |
| 2011     | 4,5% | 2%                                            | 6,5%                |
| 2012     | 4,5% | 2%                                            | 5,8%                |
| 2013     | 4,5% | 2%                                            | 5,91%               |

Fonte: BACEN<sup>2</sup>. Elaboração própria.

O gráfico 1 ilustra a trajetória da inflação no período, demarcando também o centro da meta de inflação e os limites da banda.

**Gráfico 1 – Taxa de inflação e metas de inflação – Brasil, 1999 - 2012**

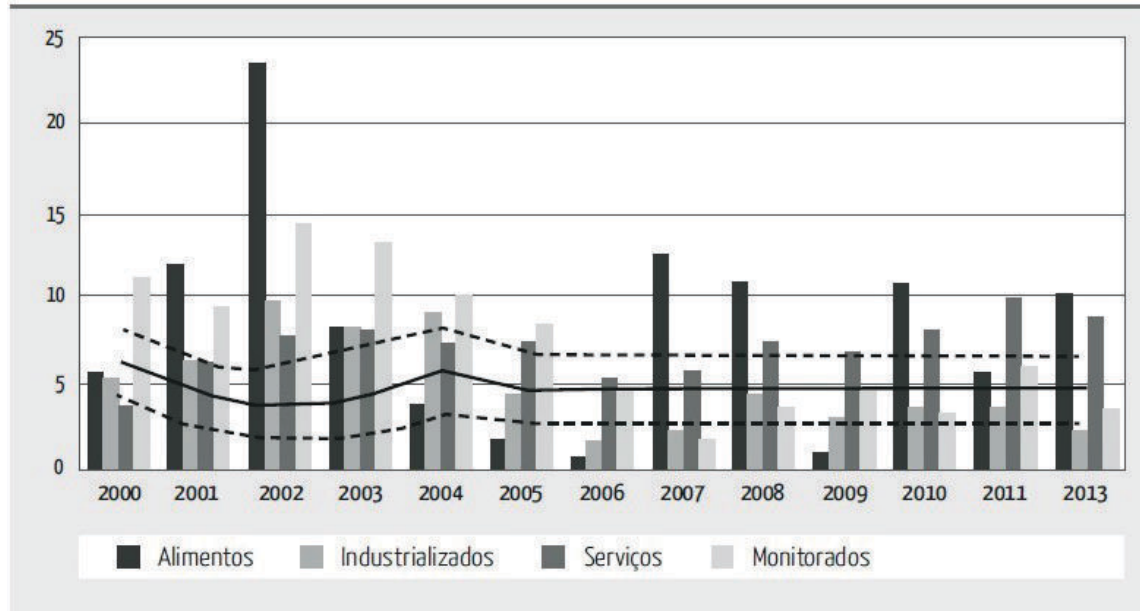
<sup>2</sup> Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?METASNORMA>. Acesso em 1/8/2015.



Fonte: IBGE; BACEN. Elaboração Summa e Braga (2013, p. 123).

O gráfico 2 mostra a taxa de inflação desagregada para o período. Mais tarde voltaremos a falar dele.

**Gráfico 2 – Taxa de inflação (desagregada) e metas de inflação – 2000 - 2013**



Fonte: BACEN. Elaboração Summa e Braga (2013, p.123).

## 2.2 Demanda e inflação no Brasil

Segundo Martinez e Braga (2012) apud Martinez e Cerqueira (2012):

*“Estimativas desagregadas por grupos do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) indicam que a demanda (dentre o câmbio, o preço das commodities, as expectativas inflacionárias e a inércia inflacionária) é a variável que tem menor relevância na explicação da inflação” (MARTINES E BRAGA, 2012, p. 9).*

Adicionalmente, os autores ainda falam que, “historicamente no Brasil sempre foi difícil encontrar uma relação econométrica sistemática entre inflação e excesso de demanda” (MARTINES E BRAGA 2012, p. 8). Para os autores, há fortes indicações que demonstram que, com o aumento da renda e da atividade econômica, há o estímulo para aumentar os investimentos e assim, atender essa nova demanda e que caso isso não ocorra, esse excesso de demanda pode ser suprido com importações.

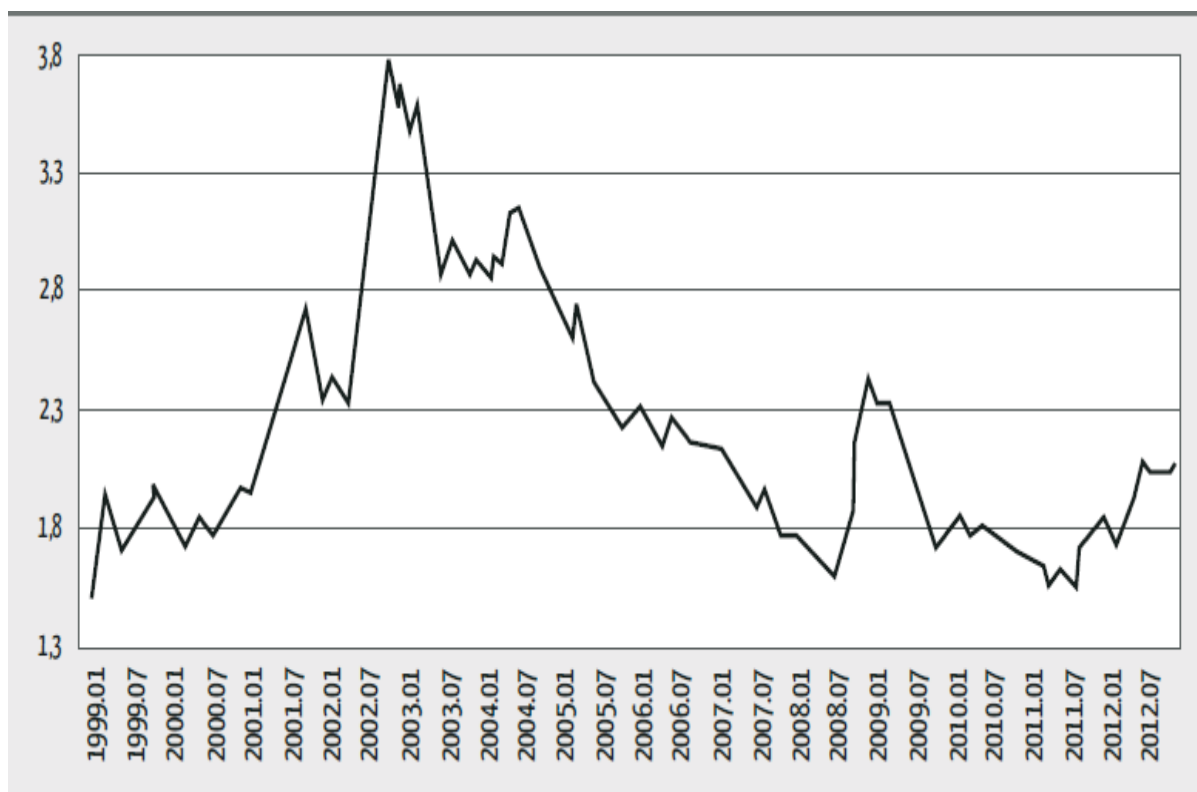
A taxa de câmbio tem papel fundamental na economia brasileira, sempre com a finalidade de estabilizar a economia inflacionaria, ela vincula os custos de produção ao preço de bens designados nos mercados internacionais. A taxa de câmbio atua principalmente nos custos dos insumos importados, operando na determinação de um dos principais preços da economia, ou seja, as *commodities*.

A desvalorização do câmbio aumenta os custos de produção dos setores que dependem de insumos importados. Segundo Bastos e Braga (2010), no período de 1999 a 2008, tendo tudo mais constante, um aumento médio de apenas 10% na taxa de câmbio resultava em um ponto percentual da inflação ao consumidor. No Brasil, a taxa de câmbio nominal tem forte tendência à valorização, como pode ser observada no gráfico 2.

Entre os anos de 1999 e 2002 houve forte desvalorização cambial. Nesse período, ocorreu uma relação inversa entre a taxa de câmbio e os preços das *commodities*, que apresentavam trajetória de queda. A partir desse momento, a

economia sofre mudanças e o câmbio segue apreciando de forma gradual e constante até meados de 2011 (apesar de uma pequena desvalorização em 2008) voltando a desvalorizar até o fim de 2012.

**Gráfico 3 – Taxa de câmbio nominal – 1999 – 2012**



Fonte: IPEADATA. Elaboração Summa e Braga (2013, p. 126).

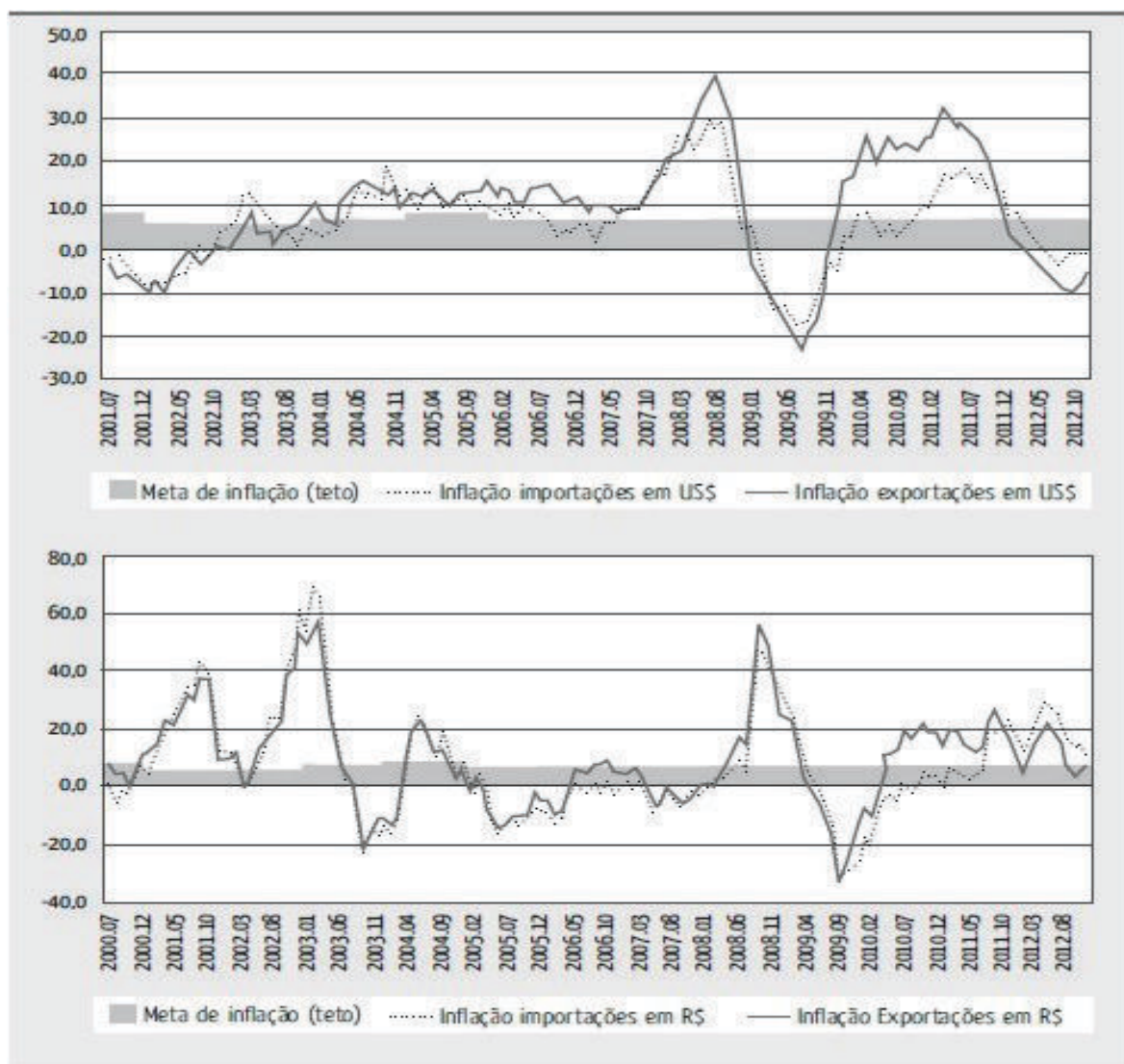
Analisando o gráfico 2 com a base de dados obtida pela tabela 1 podemos observar que o sistema de metas para a inflação conseguiu alcançar a meta nos anos de 1999, 2000, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2009. Nos anos de 2008 e 2010 a 2013, houve uma forte aproximação do teto da meta inflacionária. Nesse período, podemos ver uma desvalorização cambial seguida de uma valorização e novamente uma desvalorização do câmbio. Quando houve forte desvalorização do câmbio, a inflação superou o teto da meta estabelecida, como podemos ver nos anos de 2001 a 2003.

Outro fator que contribui para a inflação através da taxa nominal de câmbio é a chamada “inflação importada”, que é determinada pelo câmbio através dos preços

dos produtos importados e exportados, influenciando diretamente no preço final dos produtos.

O gráfico 3 nos mostra que a taxa nominal de câmbio e a inflação “importada” em dólares contribuíram para o aumento da inflação no período de 2000 a 2012. Ela também revela que, entre 2000 e 2003, a inflação dos produtos brasileiros importados e exportáveis em dólares foi baixa ou negativa.

**Gráfico 4 – Inflação dos bens importados e exportáveis em US\$ e R\$ (em %)**



Fonte: FUNCEX; BACEN. Elaboração Summa e Braga (2013, p. 127.).

Podemos ver que no período entre 2000 a 2003 a inflação dos produtos importados e exportáveis com preço fixado em dólares foi baixa ou negativa. A crise internacional em 2008 fez com que os preços crescentes até então sofressem uma queda em meados de 2009, chegando até mesmo a uma deflação em 2012.

Podemos observar no gráfico 4 a evolução da inflação dos produtos importados e exportáveis medidos em dólares e em reais e que a apreciação do câmbio a partir do ano de 2003 foi fundamental para se alcançar a meta estabelecida para a inflação no período.

A inflação importada subiu nos anos de 2000 a 2003 com resultado de 17,2% e de 2010 a 2013 de 15,1% e essa foi a principal causa para o avanço da inflação média. Entre 2004-2009, a média da inflação importada (em R\$) ficou em 3,4%, permanecendo abaixo do centro da meta de inflação que era de 4,5%.

**Tabela 2 - Inflação Importada (em R\$)**

| MÉDIA              | 2000-2003 | 2004-2009 | 2010-2013 | 2000-2013 |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <i>Commodities</i> | 17,2%     | 3,4%      | 15,1%     | 10%       |
| Importações        | 12,3%     | -1,7%     | 11,9%     | 6%        |
| Exportações        | 13,1%     | 1,2%      | 13,4%     | 8%        |

Fonte: Summa (2014a, p. 21). Elaboração própria.

O mesmo ocorreu para os alimentos, industrializados e monitorados, no período entre 2000-2003 a inflação foi de 14,1% para os alimentos, de 7,9% para industrializados e de 12,1% para os monitorados. Essa situação muda quando os monitorados passam a ficar menos relacionados com a inflação importada a partir do período de 2004-2009.

Para o período 2010-2013 o crescimento mais forte da inflação importada (em R\$) não alterou a inflação dos bens industrializados que ficou em 3,5%, mas alterou a inflação dos alimentos que ficou em 8,4%.

**Tabela 3 - Inflação por Segmento**

| MÉDIA            | 2000-<br>2003 | 2004-<br>2009 | 2010-<br>2013 | 2000-<br>2013 |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Alimentos        | 14,2%         | 4,9%          | 8,4%          | 8,1%          |
| Industrializados | 7,9%          | 3,9%          | 3,5%          | 4,7%          |
| Serviços         | 7,2%          | 6,5%          | 8,8%          | 7,3%          |
| Monitorados      | 12,1%         | 5,3%          | 3,5%          | 6,3%          |

Fonte: Summa (2014a, p. 21). Elaboração própria.

A evolução dos preços administrados também foi bastante distinta, no período de 2000-2003 a meta para inflação foi superada e ficou em 12,1%, mas diminuiu com a regulação dos preços a partir de 2004-2009, chegando a 5,3% e finalmente, entre 2010-2013 reduziu para 3,5%, abaixo da meta de inflação para o período.

Summa (2014a) explica:

*“Esse resultado foi decorrente de uma série de mudanças contratuais nos anos de 2005 e 2006 que passaram a ser menos sensíveis ao IGP-M e, por conseguinte, da inflação importada (em R\$), bem como da política da Petrobras de controle de gasolina e óleo diesel (Martinez e Cerqueira, 2011) e das políticas de controle mais direto do preço da energia a partir de 2011.”*  
(SUMMA, 2014a, p. 21).

## **2.3 Preços monitorados**

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é o índice de preço que mede a inflação no período e que serve de base para que o Banco Central possa alcançar as metas estabelecidas pelo Sistema de metas para a inflação. O IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) é utilizado para reajustar a maioria dos contratos dos preços monitorados. Esses preços que são administrados pelo governo incluem taxas e impostos como o IPVA, (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) IPTU, (Imposto Predial e Territorial Urbano) taxa de água

e esgoto, tarifas dos serviços de utilidade pública como energia elétrica, combustíveis e telefonia<sup>3</sup>.

Para essas tarifas de serviços as regras de privatização e a ancora cambial trouxeram novo flego para os setores de energia elétrica e telefonia, preservando o valor de investimento em dólares dos novos proprietários, permitindo que mesmo indiretamente, o reajuste dos preços em dólares fosse maior que a média de inflação no período de desvalorização cambial, permitindo que houvesse um lucro acima das condições normais de concorrência.

Essas regras foram alteradas para o setor de energia elétrica no ano de 2004, quando houve a mudança no marco regulatório e as distribuidoras não poderiam mais repassar quaisquer custos de aquisição de uma nova tarifa para os consumidores. No caso do setor de telefonia, a alteração aconteceu no início de 2006 quando ocorreu o vencimento dos contratos de privatizações.

Para os combustíveis, a Petrobrás adotou a regra de não repassar pequenas variações para o preço dos combustíveis no curto prazo e o Ministério da Fazenda adotou em 2006 a política do CIDE – Flexível (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e reduziu a tributação sobre o óleo diesel e a gasolina durante as maiores altas dos preços internacionais. Essa mudança nas regras dos monitorados trouxe alterações estruturais para a evolução do preço no segmento.

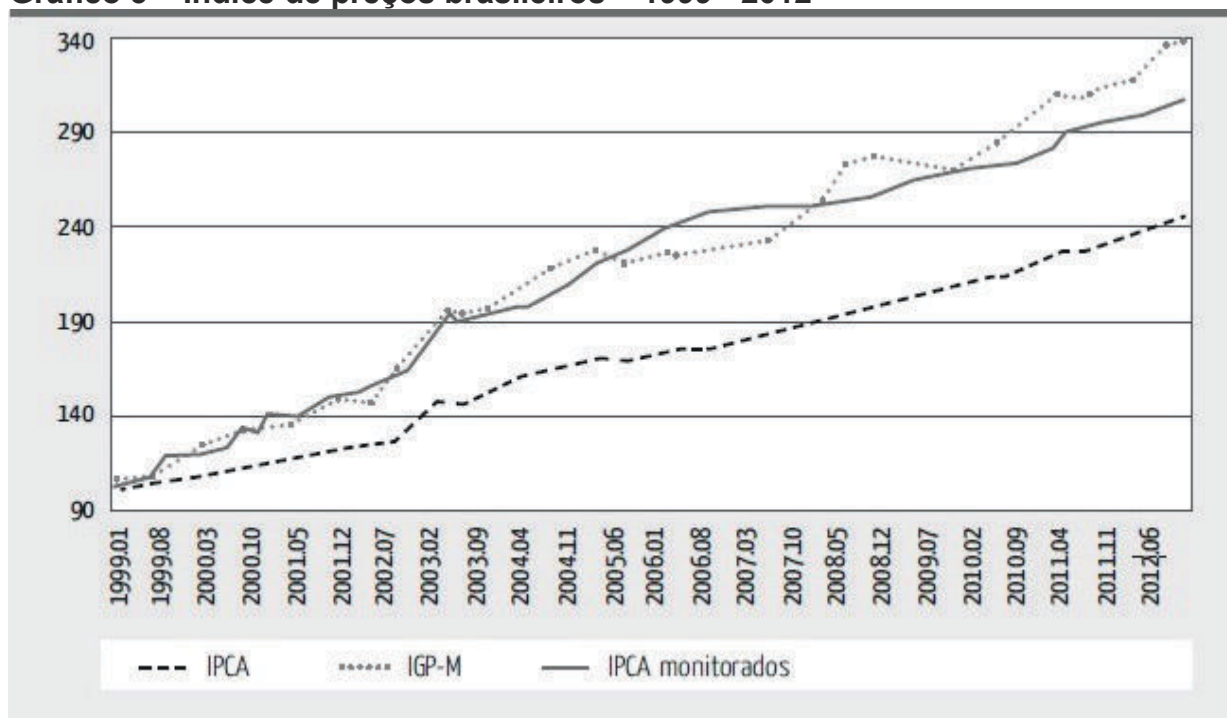
No gráfico 5 é possível ver a evolução do nível de três índices de preço desde 1999. O IPCA, o IPCA-preços monitorados e o IGP-M. Podemos observar que os preços administrados desempenharam intensa pressão sobre a inflação ao consumidor ficando acima do teto da meta até 2005, principalmente devido ao preço

---

<sup>3</sup> “Os preços administrados incluem os impostos e taxas (IPVA, IPTU e taxa de água e esgoto) e as tarifas dos serviços de utilidade pública (telefonia, energia elétrica, planos de saúde e pedágios)”. Além disso, incluem também itens sujeitos a acompanhamento por parte de órgãos do Estado, como medicamentos, passagens aéreas e derivados de petróleo. Representam cerca de 30% do IPCA. A lista completa dos itens no IPCA é a seguinte: IPTU, taxa de água e esgoto, gás de bujão, gás encanado, energia elétrica residencial, ônibus urbano, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, ferryboat, avião, metrô, navio, barco, táxi, trem, emplacement e licença, pedágio, gasolina, álcool, óleo, óleo diesel, plano de saúde, cartório, jogos lotéricos, correios, telefone fixo, telefone público e telefone celular.” (BRAGA, 2011, p. 111).

dos combustíveis, energia elétrica e telefonia. O IPCA monitorado cresceu mais que o IGP-M até meados de 2006 e a partir desse momento desacelerou.

**Gráfico 5 – Índice de preços brasileiros – 1999 - 2012**



Fonte: IBGE e FGV. Elaboração Summa e Braga (2013, p.130).

## 2.4 Salários Nominais, Salário Mínimo, Produtividade e Salário Real

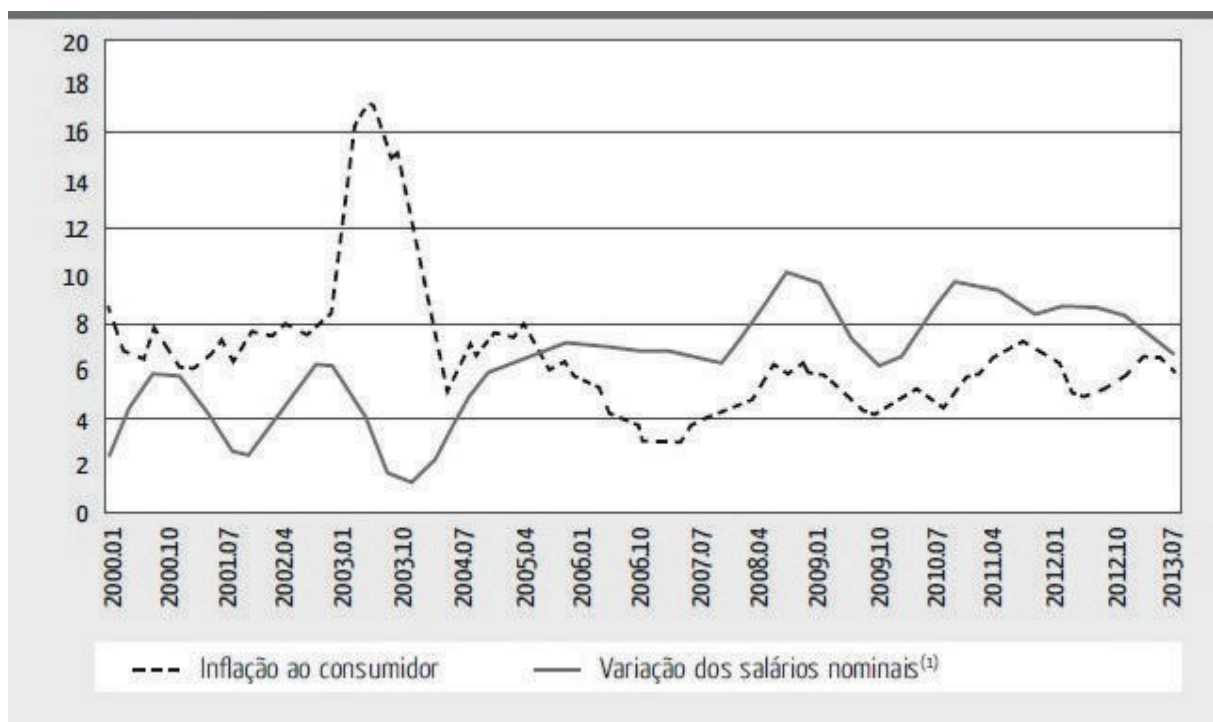
A evolução dos salários nominais e reais no período estudado pode ser dividida em duas fases.

Nas palavras de Summa e Braga (2013):

*“Os efeitos dos salários sobre a inflação têm sido crescentes nos últimos anos, especialmente sobre os serviços livres (i.e, serviços não monitorados). De 2000 até 2004, os salários nominais médios cresceram abaixo da inflação (medida pelo IPCA), com média de 3,2 % ao ano (a.a.). A partir de 2005, a variação dos salários nominais ficou acima da inflação*

geral, passando a crescer numa média de 8,0% a.a.". (SUMMA e BRAGA 2013, p.130)

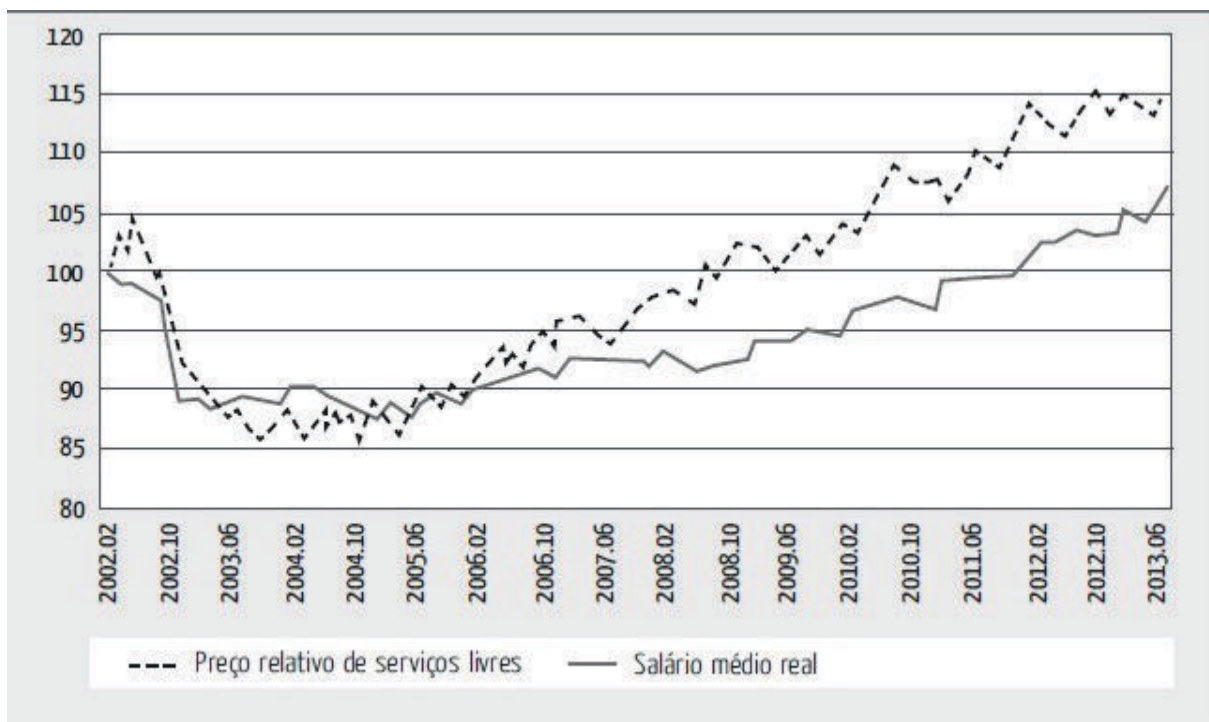
**Gráfico 6 – Salários nominais e inflação - 2000-2013 (em %)**



Fonte: IBGE. Elaboração Summa e Braga (2013, p. 131).

Assim, vemos que entre 2000 a 2004 o crescimento dos salários nominais médios ficou em média de 3,2% a.a., abaixo da medida pelo IPCA. E a partir de 2005, os salários nominais passaram a crescer em média 8%. Dessa forma, de 2005 a 2010 o salário nominal pode ter contribuído para o aumento da inflação.

**Gráfico 7- Serviços e salários – 2002 – 2013 (base 2002 = 100)**



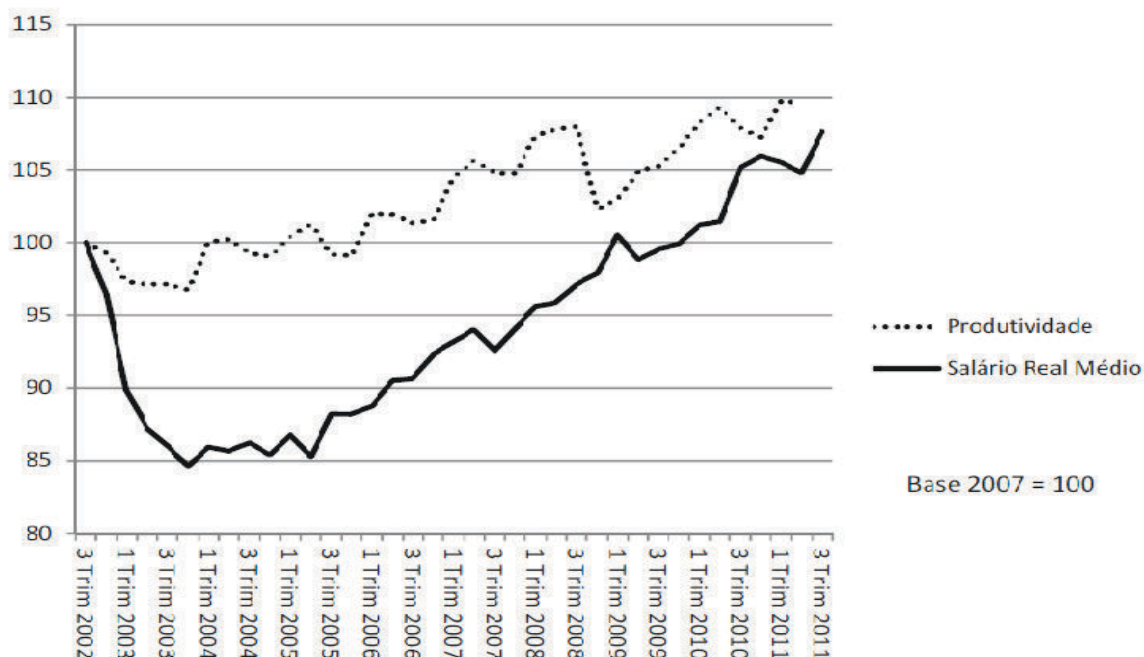
Fonte: IBGE e BACEN. Elaboração Summa e Braga (2013, p. 133).

Para Summa e Braga (2013):

*“Além disso, os aumentos de salários nominais estão relacionados em parte com a evolução da taxa de desemprego, que tem tido uma tendência de queda contínua, em parte devido a um menor crescimento da força de trabalho e em parte pelo forte ritmo de crescimento do emprego no Brasil, particularmente no setor serviços. Para Summa e Braga (2013), em termos desagregados, apenas a inflação de serviços parece responder à taxa de desemprego (e não ao hiato do desemprego ou mesmo à variação da taxa de desemprego), talvez indicando uma relação mais estrutural, ligando desemprego tendencialmente mais baixo com salários crescendo mais rápido, via maior poder de barganha dos trabalhadores.” (SUMMA e BRAGA 2013, p.131).*

O gráfico 8 abaixo mostra que ao longo da última década a evolução dos salários passou a puxar a inflação para cima. Em uma primeira fase, a queda do salário real com estabilidade da produtividade resultava em queda dos custos salariais em termos reais. Já na segunda fase, se nota o oposto. Os salários passam a ser responsáveis por uma parcela maior da inflação no período.

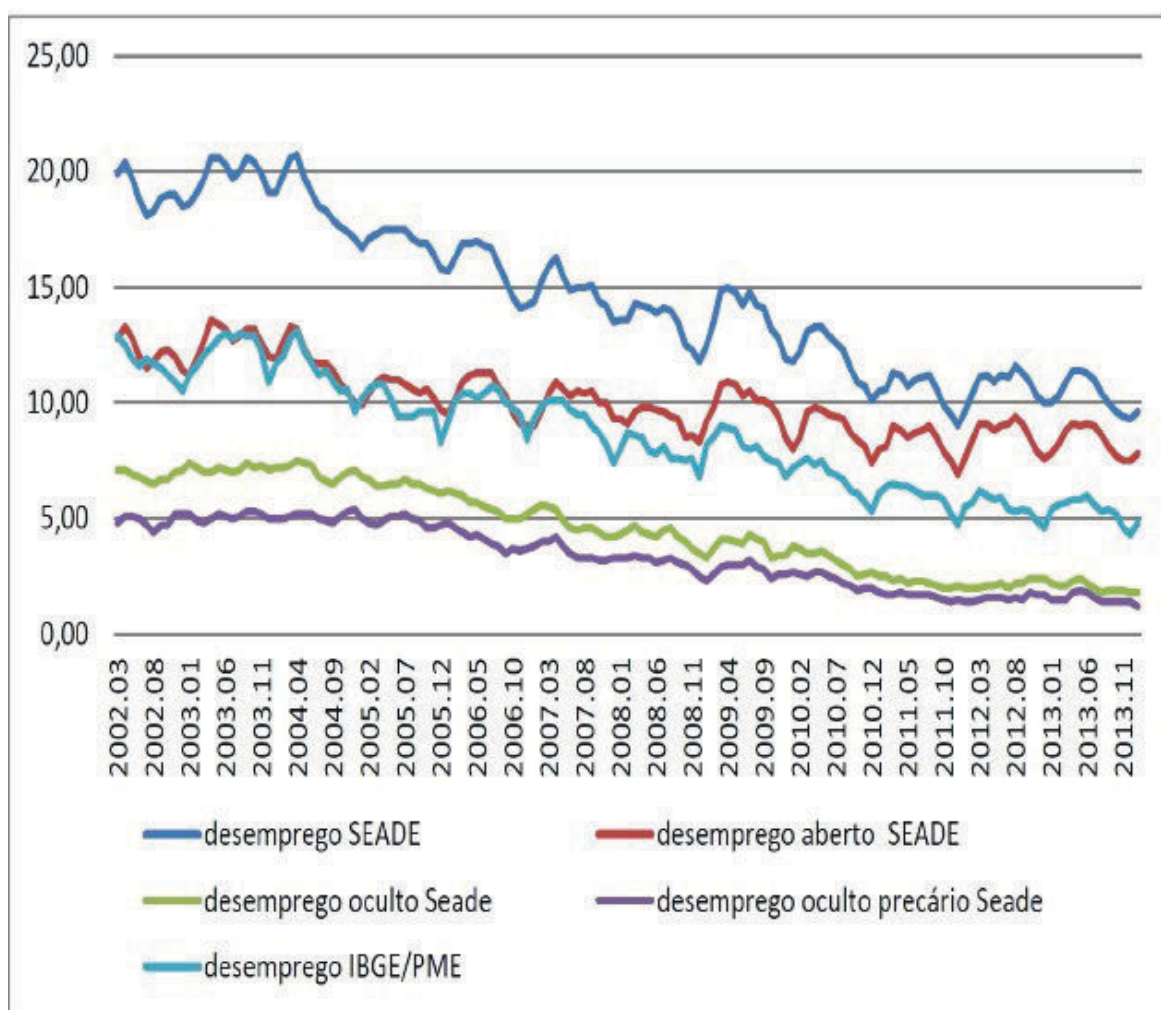
**Gráfico 8: Salário Real e Produtividade**



Fonte: IBGE. Elaboração Martinez e Braga (2011, p. 12).

Uma análise mais detalhada no mercado de trabalho e um exame na taxa de desemprego a partir do ano 2000 demonstra uma melhora. No gráfico 9, vemos que a taxa de desemprego é um dos principais indicadores do mercado de trabalho e apresenta seu maior valor no ano de 2003 e gradativamente vai se reduzindo até o ano de 2013. Também vemos que de 2010 a 2013 a média da taxa de desemprego medida pelo SEADE e IBGE foram de 8,55 e 5,8%, o que demonstra que a taxa de desemprego na economia brasileira está por um período considerável relativamente baixa (SUMMA, 2014b).

**Gráfico 9 – Taxa de desemprego**

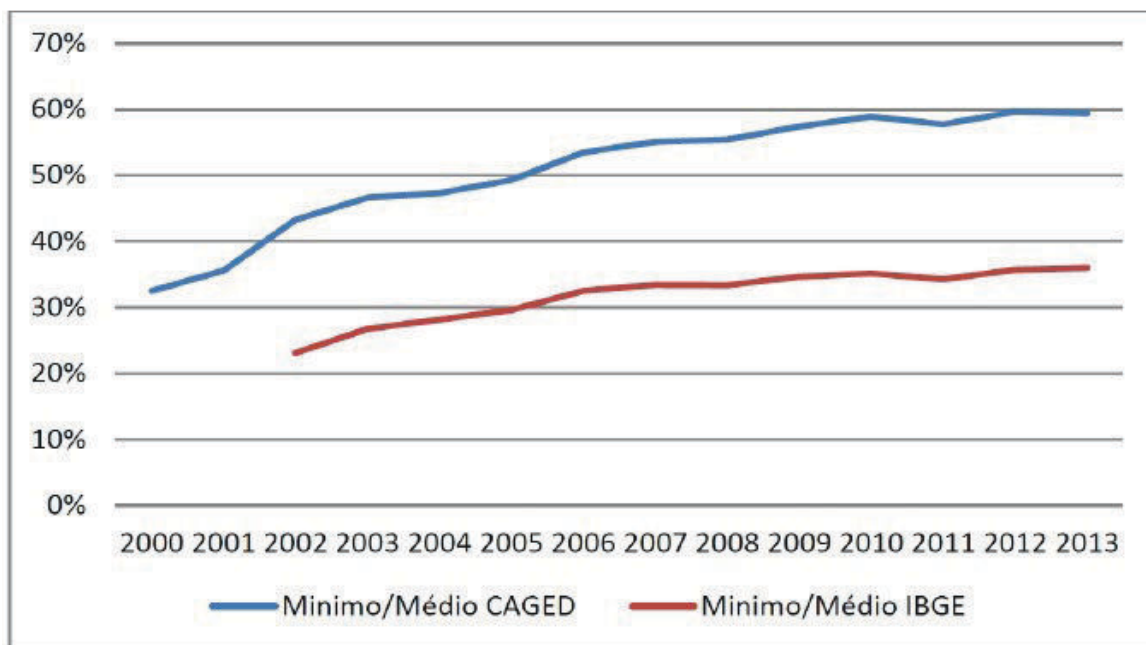


Fonte: SEADE/DIEESE; PME/IBGE. Elaboração Summa (2014b, p.9).

Summa (2014b) complementa que a queda da taxa de desemprego, dada aqui como um fator mais conjuntural da posição do mercado de trabalho e o resultado assinala um desenvolvimento a partir de 2004, entretanto com redução das diminuições da taxa de desemprego nos anos de 2012 e 2013.

Segundo Summa e Braga (2013), durante o período de crescimento do salário acima da inflação, o salário mínimo obteve ganhos acima do salário médio. O salário causou um efeito na inflação no setor de serviços, os dados mostram que em 2009 o salário mínimo alcançava cerca de 16% dos trabalhadores, enquanto era de apenas de 10% em 1999. Houve também o aumento do setor de serviço informal, que superou o setor formal e esse crescimento pode ter sido influenciado pelo salário mínimo, que serve se base para o reajuste dessas remunerações.

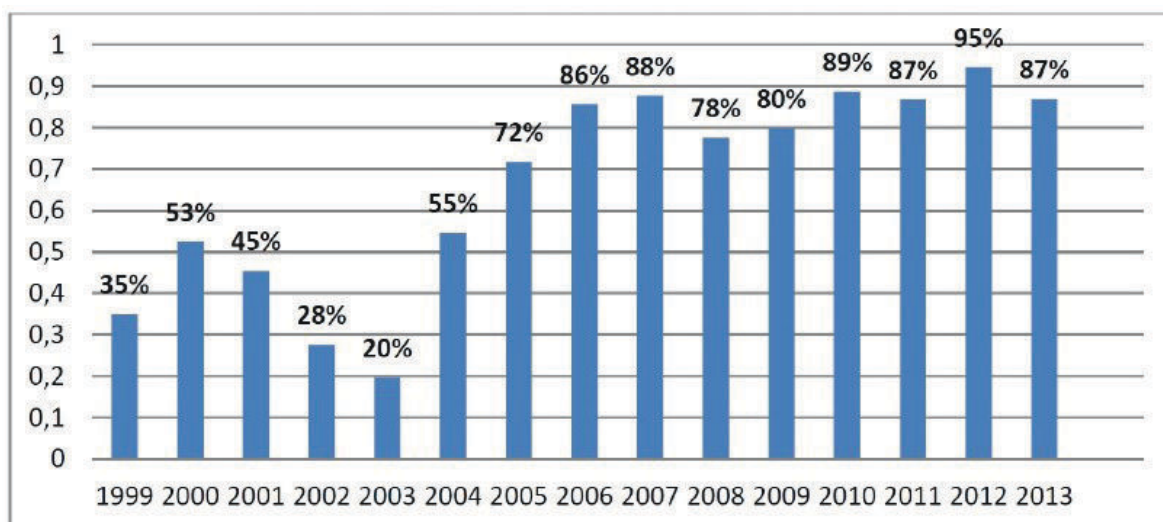
**Gráfico 10 - Relação entre Salário Mínimo e Médio**



Fonte: MTE; CAGED ; PME/IBGE. Elaboração Summa (2014b, p.19).

A queda da taxa de desemprego observada junto ao aquecimento do mercado de trabalho resultou em política de ganhos salariais reais, pois os trabalhadores ganharam força para renegociar salários. Esse fato fica mais evidente a partir do ano de 2006, quando o aumento salarial permanece mais alto e constante, diferente dos anos de 1999 a 2003, como podemos ver no gráfico 9. A baixa taxa do desemprego e a maior rotatividade no mercado de trabalho nesse período possibilitou que os trabalhadores barganhassem para melhorar seus rendimentos (SUMMA, 2014b).

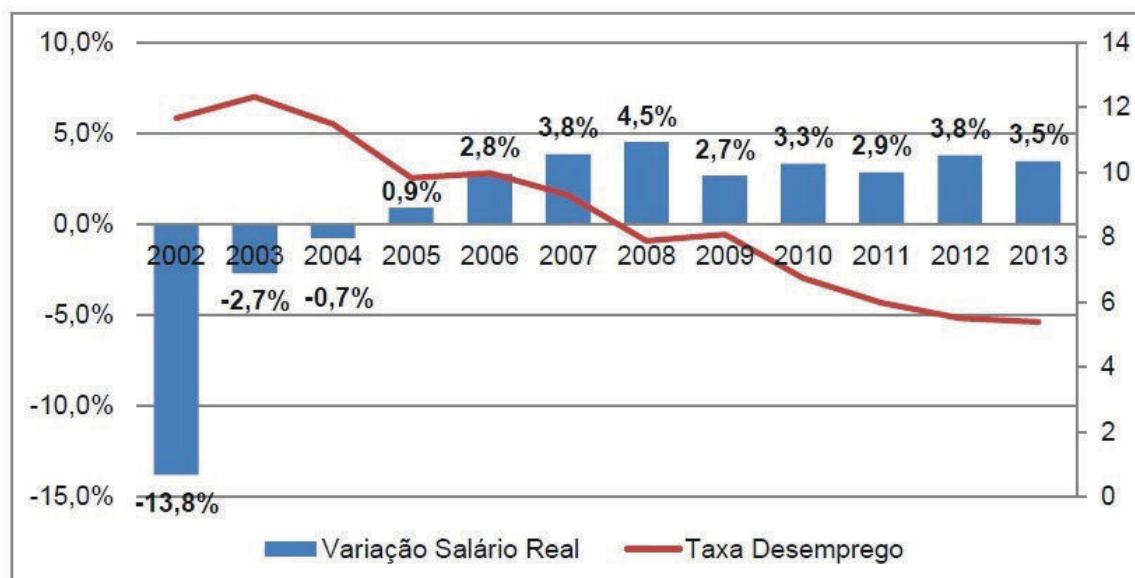
**Gráfico 11 – Porcentual de salário com aumento real**



Fonte: SEADE/DIEESE. Elaboração Summa (2014b, p. 15).

A partir do ano de 2006 até 2013, o salário médio real começa a crescer mais estabilizado e mantém uma média de crescimento de 3% segundo dados do PME/IBGE<sup>4</sup> (Pesquisa Mensal do Emprego) em contrapartida a taxa de desemprego permaneceu baixa comparada ao cenário anterior.

**Gráfico 12 – Crescimento do salário médio real e taxa de desemprego**



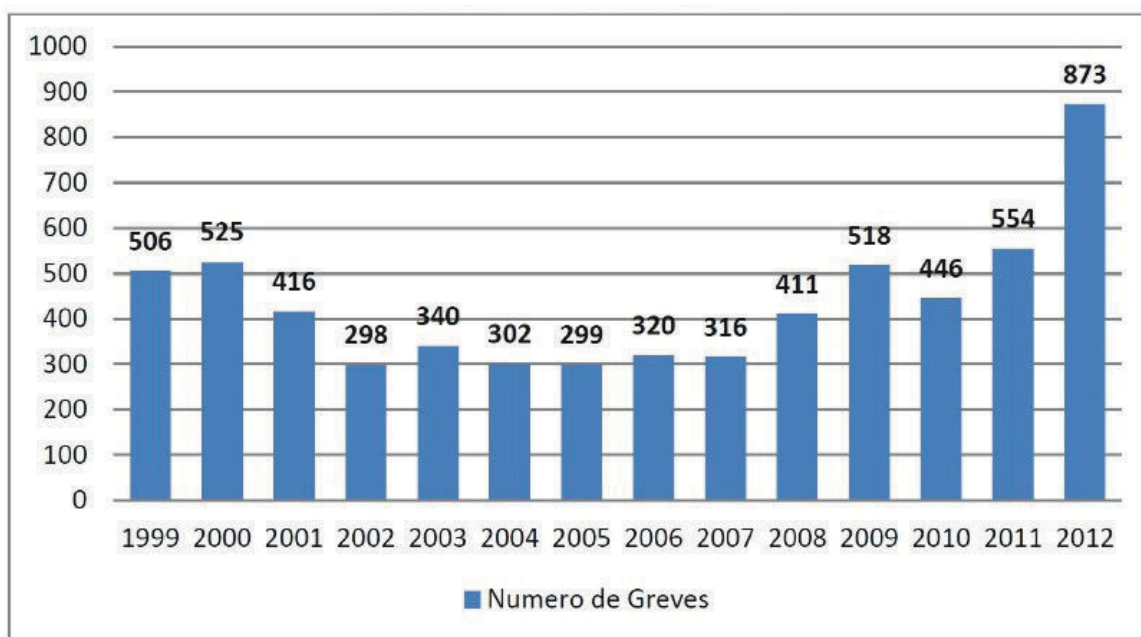
Fonte: CAGED, IPCA-IBGE, PME-IBGE. Elaboração Summa (2014a, p. 21)

<sup>4</sup> Disponível em Summa (2014b).

Para melhor demonstrar esse poder de barganha, segundo o DIEESE, (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) a quantidade de greves praticadas pelos trabalhadores foi muito maior nos períodos em que os ganhos salariais eram baixos e diminuía na medida em que os ganhos do salário real aumentavam como vemos no gráfico 13.

Esse poder foi acentuado através de políticas sociais e institucionais, principalmente pelo seguro desemprego, que possibilitou o retorno desse trabalhador ao mercado de trabalho sem prejuízo para sua renda mensal e uma taxa de desemprego baixa, possibilitando o aumento real do salário mínimo e do salário médio, este através de greves (SUMMA, 2014b). A partir de 2008, o número de greves voltou a subir.

**Gráfico 13 – Número de greves**



Fonte: SEADE/DIEESE. Elaboração Summa (2014b, p. 13).

Observando esses dados na tabela montada com dados do CAGED, (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e IBGE, podemos notar que a política institucional e a melhora no mercado de trabalho elevou o poder de barganha dos trabalhadores.

Os salários que apresentaram maiores aumento foram os setores agropecuários que de 2001 a 2005 ficou em 1,8% e de 2006 a 2013 em 5,5% e da construção civil que no mesmo período ficou em 0,0% e 4,1% respectivamente. O salário mínimo real apresentou ganhos reais de 5,2% e 5,8% durante todo o período, já o salário médio real não obteve os mesmos ganhos (ver gráfico 11).

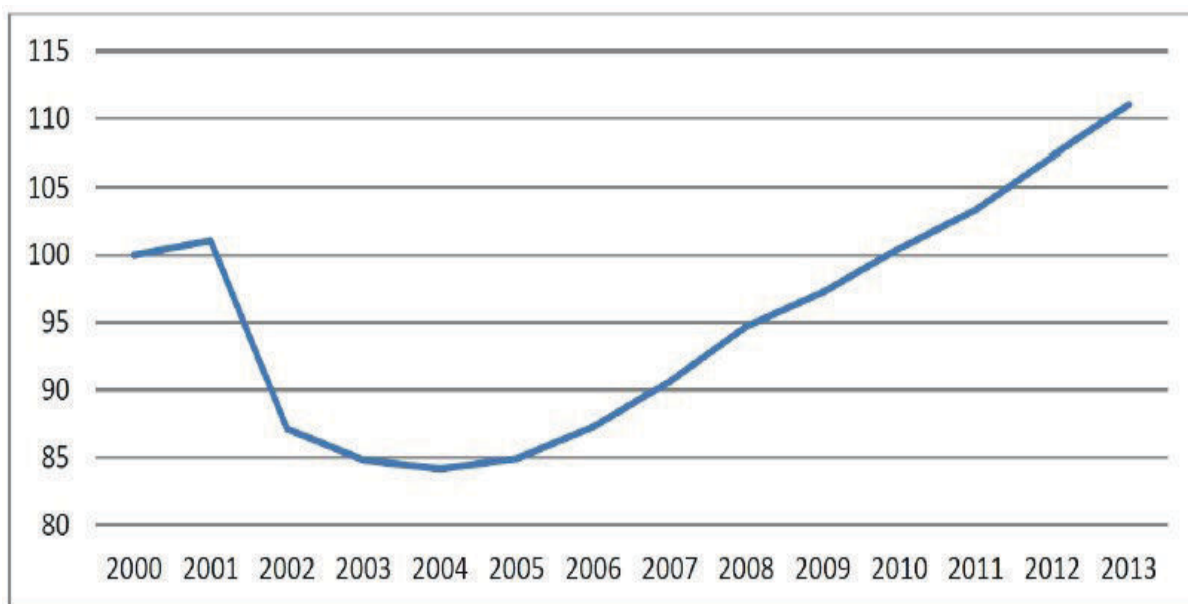
**Tabela 4 – Crescimento Real dos Salários; Média dos Subperíodos.**

|       |                                     | 2001-2005 | 2006-2013 |
|-------|-------------------------------------|-----------|-----------|
| CAGED | Salário Indústria de transformações | -2,3%     | 3,4%      |
|       | Salário Construção Civil            | 0,0%      | 4,1%      |
|       | Salário Comércio                    | -1,6%     | 3,0%      |
|       | Salário Serviços                    | -5,3%     | 2,5%      |
|       | Salário Agropecuária                | 1,8%      | 5,5%      |
|       | Salário Total                       | -3,2%     | 3,4%      |
| IBGE  | Rendimento Médio Habitual           | -6,8%     | 3,0%      |
|       | Salário Mínimo                      | 5,2%      | 5,8%      |

Fonte: CAGED; PME/IBGE; INPC/IBGE. Elaboração Summa (2014b, p. 18). Elaboração própria.

O salário mínimo real e o salário médio real começam a se estabilizar no ano de 2013. Assim, a importância do salário mínimo diante da inflação salarial e dos preços, são minoradas. A inflação (IPCA) média nos anos de 2000 a 2003 foi de 8,8%, obteve queda de 2004 a 2009 para 5,2% e voltou a subir para 6% de 2010 a 2013 (ver tabela 1). Nesse mesmo período, o reajuste sofrido do salário mínimo nominal foi de 16%, 12,3% e 10,1%, o que demonstra que foi diminuindo gradativamente junto com a inflação do período.

**Gráfico 14 – Salário Real Médio (Índice: 2000=100)**



Fonte: IPCA/IBGE; CAGED. Elaboração Summa (2014b, p. 20).

A tabela 5 mostra que o crescimento do salário médio real foi de 2,9% de 2000 a 2003. A partir de 2006, a inflação foi sustentada, principalmente pelo setor de serviços, onde a importância do custo salarial é mais alta, o crescimento da produtividade é mais baixo e não há concorrência externa que limite o aumento dos preços domésticos.

**Tabela 5 – Inflação de Salários**

|                                   | 2000-2003 | 2004-2009 | 2010-2013 | 2000-2013 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Salário Médio</b>              | 2,9%      | 8,4%      | 9,2%      | 7,4%      |
| <b>Indústria de Transformação</b> | 4,1%      | 8,9%      | 8,9%      | 7,8%      |
| <b>Serviços</b>                   | -0,1%     | 7,3%      | 8,6%      | 5,9%      |
| <b>Agropecuária</b>               | 5,7%      | 9,8%      | 9,5%      | 8,7%      |
| <b>Salário Mínimo</b>             | 16%       | 12,3%     | 10,1%     | 12,5%     |

Fonte: Summa (2014a, p. 21). Elaboração própria.

### 3. CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados, podemos observar que no período de 2000-2003 a alta da inflação foi ocasionada pela inflação importada (em R\$) e pela inflação dos preços monitorados, fortemente vinculados ao IGP-M. A menor inflação salarial conteve a pressão sobre os custos de produção e amenizou a inflação no período.

De 2004-2009, a inflação média ficou mais baixa, resultado obtido através da redução na inflação importada (em R\$) por meio da ação de valorização da taxa de câmbio nominal e do controle feito sobre a inflação dos preços administrados.

Em alguns setores, o conflito distributivo acentuou a inflação, afetando os interesses de capitalistas e trabalhadores que buscavam melhorar seus rendimentos. A partir de 2006, com a queda mais expressiva da taxa de desemprego e o fortalecimento do poder de barganha dos assalariados, um componente salarial foi adicionado à dinâmica inflacionária brasileira.

O Banco Central do Brasil realizava o controle da inflação todas as vezes que ela se aproximava da demarcação do SMI fazendo os ajustes econômicos através da política monetária, manejando a taxa de juros nominal. O aumento da taxa de juros nominal acrescia no mercado interno os custos de produção, mas também atraía o capital externo e barateava as importações, uma vez que apreciava a taxa de câmbio, administrando a inflação, independente do setor que ela surgisse.

A partir de 2010, a inflação salarial se intensifica em especial no setor de serviços. Além disso, a partir de 2011, a taxa nominal de câmbio passa a se desvalorizar e pressionar o preço das *commodities* (em R\$), aumentando a inflação. Nesse último período, entre 2010-2013, apesar de um forte controle da inflação sobre os bens e serviços monitorados, a inflação média cresceu em comparação ao período anterior. Essa inflação teve seu principal determinante à inflação salarial, que impactou principalmente o setor de serviços livres e foi acentuada pelo aumento da inflação importada (em R\$).

## **BIBLIOGRAFIA:**

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) (2002-2013). **Relatório de Inflação**, Dezembro, 2002 -2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?METASNORMA>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

BASTOS, C.P. **Análise e Perspectivas da Taxa de Juros no Brasil**. In: CARNEIRO, R. & MATIJASCIC, M. (Org.). **Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora: IPEA, 2011, p. 124-134.

BASTOS, C. P. **Conflito distributivo e inflação**, Brasília, Escritório no Brasil; Editora: IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 11).

BRAGA, J. **Inflação no Brasil nos anos 2000: conflitos, limites e políticas não monetárias**. In: CARNEIRO, R. & MATIJASCIC, M. (Org.). **Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2011, p. 108-123.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.088** , de 21 de junho de 1999. Fixa as metas para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, bem como o índice de preços a que se aplicam, para os anos 2001, 2000 e 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?METASNORMA>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

GOMES, L. S. **A Dinâmica Inflacionária no Brasil de 2000 a 2009: Uma análise setorial a partir das Contas Nacionais**: um estudo de caso. 2012. Dissertação (Mestrado em Instituto de Economia) – Fundação Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MARTINEZ, T. ; BRAGA, J. **Crescimento liderado pelos salários, política monetária e inflação no Brasil**. V Encontro da AKB: São Paulo, 2012.

SERRANO, F. **O Conflito distributivo e a teoria da inflação inercial**. Editora: R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 395-421, maio/ago. 2010.

SUMMA, R.; BRAGA, J. **Taxa de juros, taxa de câmbio e inflação no período do Sistema de Metas de Inflação no Brasil**. In: PETRELLI, V. C. (Org.) Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 119-144.

SUMMA, R. **Uma nota sobre a relação entre salário mínimo e inflação no Brasil a partir de um modelo de inflação de custo e conflito distributivo**. Editora: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Setembro 2014.

SUMMA, R. **Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil**. Editora Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Setembro 2014.